

Brasília-DF - Dezembro de 2014 - Câmara dos Deputados

Especialistas divergem sobre os rumos da Política Externa

Os especialistas convidados para o Seminário “Os Rumos da Política Externa Brasileira”, realizado pela CREDN nesta quarta-feira, 10, divergiram quanto aos caminhos e desafios enfrentados pelo país na condução da sua política exterior. Enquanto o sociólogo Demétrio Magnoli taxou a política externa de ideológica e partidarizada, o chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, defendeu o papel desempenhado pelo Brasil nas relações com o Irã, no diálogo entre oposição e governo na Venezuela, e em relação aos conflitos no Oriente Médio.

O evento foi realizado por iniciativa do presidente da CREDN, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), para quem “o Congresso tem papel cada vez



Magnoli: a partidarização da política externa no Brasil explica a substituição do interesse nacional pela ideologia e tem um efeito de erosão moral

mais importante no debate e na influência da nossa estratégia internacional. Não se trata aqui de submetê-la a influências doutrinárias ou injunções partidárias. Mas, se a política externa é a outra face da política nacional, o Parlamento tem a obrigação de ajudar a interpretar o que venha a ser de fato o interesse nacional”.

Na avaliação de Magnoli, “a partidarização da política externa no Brasil explica a substituição do interesse nacional pela ideologia e tem um efeito de erosão moral”, afirmou. Ele criticou ainda a opção do país pelo Mercosul que não consegue avançar em seu acordo com a União Europeia. Garcia, por sua

vez, explicou que o bloco já tem uma proposta pronta para fazer aos europeus, mas que eles ainda não chegaram a um consenso para apresentar.

Demétrio Magnoli também criticou a postura do Brasil em relação aos direitos humanos citando que o país foi duro com Israel e leniente com o Hamas, no mais recente conflito naquela região. “É um pouco irritante que venha a se confundir a condenação aos ataques unilaterais no Oriente Médio a uma proposta de diálogo com os terroristas. Ficou claro nos discursos da presidente que havia um repúdio claro ao terrorismo, mas que as potências realizassem um diálogo entre si para ver o melhor encaminhamento da questão”, afirmou Garcia.

CREDN debate avanços dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

A CREDN debateu no dia 18 de novembro, as conquistas do Brasil quanto ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pelas Nações Unidas para o período de 2000 a 2015 e o delineamento de ações para os próximos anos. O evento foi requerido pelo presidente do Colegiado, Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

Além de diplomatas e autoridades, participaram e contribuíram com suas observações, questiona-



Eduardo Barbosa: cabe ao Parlamento brasileiro e a esta Comissão, dar a sua parcela de contribuição para este importante debate

mentos e sugestões, um grupo de jovens de diversas nacionalidades, que estiveram em Brasília para um seminário sobre o empoderamento de meninas no mun-

do, preparatório para a 4ª Conferência Mundial da ONU sobre a mulher que ocorrerá em 2015 na China.

“Ao final do prazo firmado pelas partes, 2015, a discussão em torno do cumprimento dos compromissos, a renovação e a adequação dos mesmos vem ocorrendo de forma sistemática. Cabe ao Parlamento brasileiro e a esta Comissão, dar a sua parcela de contribuição para este importante debate”, explicou Barbosa.

Trabalho escravo compromete imagem do país e a competitividade dos seus produtos

Especialistas convidados para o Seminário “Trabalho Escravo Globalizado – Desafios Brasileiros”, promovido pela CREDN, afirmaram que o fenômeno compromete a imagem do país e impacta diretamente a competitividade dos seus produtos no mercado externo. “Trata-se de uma questão humanitária com impactos econômicos”, explicou o deputado Eduardo Barbosa, presidente da CREDN.

Realizado por requerimento do parlamentar, o evento reuniu integrantes do Ministério Público do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT).

Cerca de 22 milhões pessoas trabalham em condições análogas à escravidão no mundo e o trabalho es-



ANTONIO JUNIOR/CREDN

Trabalho escravo: para o presidente da CREDN, deputado Eduardo Barbosa, trata-se de uma questão humanitária com impactos econômico

cravo movimentam em torno de US\$ 150 bilhões por ano.

No Brasil são cerca de 150 mil pessoas ainda vivem nestas condições. “A impunidade ainda é a grande aliada daqueles que exploram o trabalho escravo e grupos econômicos que se escondem por trás de testas-de-ferro”, lamentou Barbosa.

Para a diretora da OIT no Brasil, Laís Abramo, “todos perdem com o trabalho

escravo. Os trabalhadores, suas famílias, o país. Apenas aqueles que vivem da sua exploração ganham”, afirmou.

Fabiola Nazaré de Oliveira, auditora-fiscal do Trabalho, revelou que de 1995 até 2014, foram realizadas 1,7 mil operações com quase quatro mil estabelecimentos inspecionados. “Mais de 47 mil trabalhadores foram resgatados e R\$ 90 milhões

pagos em indenizações”, destacou.

Por sua vez, o Diretor Superintendente da ABIT, Fernando Valente Pimentel, destacou os esforços feitos pelo setor privado na prevenção, combate e a erradicação do trabalho escravo. “Não podemos demonizar as empresas. O problema existe, é grave, mas ainda se circunscreve a uma minoria”, garantiu.

Já o ex-presidente da OAB, Marcelo Lavenère, lamentou que “nenhum escravagista esteja cumprindo pena no Brasil, apesar da quantidade de acusados por essa prática”.

O padre Ari Antônio dos Reis enfatizou a importância do tema da Campanha da Fraternidade deste ano - Fraternidade e Tráfico Humano – que guarda relação direta com o tema. “Já realizamos uma mesa de diálogo com os bispos sobre o trabalho escravo no Brasil, voltado para a capilaridade das mais de 270 dioceses e dez mil paróquias espalhadas pelo país”, explicou.

GABRIELA KOROSSY/SEFOT



Marcelo Lavenère

GABRIELA KOROSSY/SEFOT



Ari Antonio dos Reis

ZECA RIBEIRO/SEFOT



Laís Abramo

ZECA RIBEIRO/SEFOT



Fernando Valente Pimentel

Chanceler reconhece estranheza e desconforto com a Venezuela

O ministro das Relações Exteriores, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, reconheceu na quarta-feira, 19, em audiência pública da CREDN, a estranheza e o desconforto do Brasil com a decisão do governo venezuelano de firmar convênios de cooperação com entidades em território nacional, sem o conhecimento do Itamaraty.

O chanceler participou da audiência pública em atendimento aos requerimentos dos deputados Alexandre Leite (DEM-SP), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

De acordo com Figueiredo, o documento firmado entre o MST e o governo da Venezuela não constitui acordo internacional. O ministro revelou ainda que o governo brasileiro só teve



ANTONIO AUGUSTO/SEFOF

acordo com Figueiredo, o documento firmado entre o MST e o governo da Venezuela não constitui acordo internacional.

conhecimento dos fatos após a realização dos eventos. Na oportunidade, o ministério das Relações Exteriores manifestou à embaixada venezuelana em Brasília a sua inconformidade com o ocorrido.

“Não nos omitimos, não achamos normal. Indiquei que o ocorrido podia ser interpre-

tado como uma ingerência em assuntos internos nossos e solicitei ao agente diplomático as explicações necessárias do caso”, destacou ao deixar claro que a mensagem transmitida à diplomacia venezuelana foi forte. No entanto, não fez qualquer referência às respostas da Venezuela.

Barbosa discute quadro político brasileiro com diplomatas estrangeiros

O presidente da CREDN, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), recebeu em audiência após o período eleitoral, mais de uma dezena de diplomatas estrangeiros com quem discutiu aspectos relacionados ao processo político brasileiro e suas prioridades econômicas e comerciais.

Na avaliação do presidente da CREDN, “o processo democrático brasileiro e a importância do país no contexto externo continuam chamando a atenção da comunidade internacional e o Brasil deve aproveitar este momento para recuperar o protagonismo que conquistou com uma política externa assertiva”.

Nos encontros realizados, os diplomatas estrangeiros destacaram que os seus países desejam aumentar a cooperação com o Brasil em várias áreas como energia, educação, comércio e desenvolvimento. Também demonstraram interesse em trabalhar pelo aprofundamento das relações



MARCELO RECH/CREDN

Eduardo Barbosa: Nos últimos anos, o Brasil perdeu espaço por conta de uma política externa com forte viés ideológico

políticas por meio dos respectivos grupos de amizade.

“Nos últimos anos, o Brasil perdeu espaço por conta de uma política externa com forte viés ideológico. O mundo espera do Brasil um papel de liderança e articulação em benefício da estabilidade regional, das reformas do sistema multilateral e do fortalecimento dos mecanismos

de defesa dos direitos humanos, e isso o novo governo terá de levar em conta se quiser que o Brasil recupere o terreno perdido”, afirmou o deputado.

No período, ele reuniu-se com diplomatas, parlamentares e autoridades da África do Sul, Alemanha, China, Chile, França, Espanha, Estados Unidos, Itália, e Venezuela, entre outros.

Relações Brasil – EUA é tema de debate com estudantes da Católica

Alunos de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB), integrantes do Núcleo de Estudos dos Estados Unidos, discutiram na terça-feira, 4, o futuro das relações do Brasil com aquele país, questões ligadas ao comércio exterior e aspectos da política interna brasileira. Os estudantes foram recebidos pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

Na oportunidade, foram discutidas as diferenças e semelhanças dos sistemas políticos norte-americano e brasileiro, a atuação internacional da Câmara e do Senado daquele país e o panorama das relações bilaterais entre os dois países.

De acordo com Eduardo Barbosa, “o Parlamento dos Estados Unidos tem muito mais força para debater os temas nacionais e internacionais, enquanto o Parlamento brasileiro é muito frágil e fisiológico”.

Na avaliação de Luiz Carlos Hauly, “o modelo norte-americano é mais sólido que o brasileiro, onde o Executivo legisla no lugar dos parlamentares, o que não acontece nos Estados Unidos”.

Hauly também defendeu que o Brasil busque um acordo de livre comércio com Washington e revise as regras do Mercosul que impedem o país de firmar acordos comerciais bilaterais.

Os alunos da Universidade Católica foram acompanhados pelo professor Creomar Lima Carvalho de Souza, orientador do núcleo e assessor de Relações Internacionais da instituição.

O presente e o futuro das políticas Externa, de Defesa e de Inteligência

O presente e o futuro das políticas Externa, de Defesa e de Inteligência foram temas do Seminário "O Brasil no Mundo: deveres e responsabilidades", promovido pela CREDN em parceria com o Instituto Info-Rel de Relações Internacionais e Defesa, a Fundação Konrad Adenauer, a União Europeia e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), em 2 de dezembro.

O evento reuniu alguns dos mais renomados especialistas nas três áreas e foi inaugurado com uma aula magna do professor Fernando Reinares, investigador principal de Terrorismo Internacional do Real Instituto Elcano de Madrid. Reinares chamou a atenção para as transformações do terrorismo e alertou para o

ANTONIO AUGUSTO/SEFOT



O professor Reinares chamou a atenção para as transformações do terrorismo e alertou que o Brasil não está distante deste fenômeno

fato de que o Brasil não está distante deste fenômeno.

Segundo ele, "na medida em que o Brasil ocupa e desempenha um papel mais relevante na esfera internacional, esta realidade deve

ser percebida como algo menos distante e mais próxima".

Política Externa

Em relação à Política Externa Brasileira, os especialistas convidados foram unânimes em afirmar que

a mesma fraquejou nos últimos anos por falta de planejamento e de coerência, criando uma espécie de "zona cinza", caracterizada basicamente por incertezas.

O planejamento e a coerência do Brasil também foram questionados, assim como a dificuldade do país em definir qual é o real interesse nacional em termos de política externa, a inserção brasileira nas cadeias globais de comércio e nos grandes acordos internacionais, e a passividade da Política Externa Brasileira.

Defesa Nacional

Em relação à Defesa Nacional, os painelistas reconheceram avanços no setor, mas cobraram maior poder civil na Defesa, com a criação da carreira típica de Estado de analista de defesa, a reestruturação da estrutura militar com o efetivo controle civil sobre os meios de defesa, uma gestão de competência, e o aperfeiçoamento do diálogo do setor Defesa com a sociedade civil.

Inteligência

Os conferencistas foram taxativos ao afirmarem que o Brasil precisa investir na atividade de Inteligência com forte controle por meio do Legislativo por meio da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). Em geral, avaliou-se que a Inteligência está completamente abandonada em parte, por desconhecimento, preconceito e até má-fé em relação aos profissionais de Inteligência".

Além disso, todos foram unânimes em afirmar que Inteligência e Democracia são compatíveis, mas que a atividade precisa ser controlada, interna e externamente com maior coordenação e cooperação entre os órgãos do SISBIN, do contrário, o país estará sempre à mercê de quem sabe fazer Inteligência de verdade.

Celso Amorim defende aquisição do caça Gripen na CREDN

O ministro da Defesa, Celso Amorim defendeu a aquisição do caça Gripen, de fabricação sueca, pelo Brasil em audiência realizada terça-feira, 9 pela CREDN. Na oportunidade, ele esclareceu aspectos relacionados à assinatura do contrato para o desenvolvimento e a produção de 36 aviões e as condições em que se processou a compra dos mísseis Harpoon, dos Estados Unidos.

Os deputados observaram que os caças Gripen, que o Brasil pretende adquirir da Suécia ao custo de US\$ 3,4 bilhões, foram rejeitados pela Suíça, o que lança incertezas sobre o cumprimento da parceria com o Brasil. O preço do avião também chama a atenção. O Brasil assinou um contrato US\$ 900 milhões mais caro que os valores anunciados quando o Programa FX-2 foi concluído.

ANTONIO AUGUSTO/SEFOT



Deputados observaram que os caças Gripen, que o Brasil pretende adquirir da Suécia ao custo de US\$ 3,4 bilhões, foram rejeitados pela Suíça

De acordo com Amorim, os valores foram atualizados porque as propostas eram antigas e a própria Força Aérea Brasileira (FAB) requisitou adaptações no projeto. Segundo ele, "os valores da proposta eram de 2009 e o contrato só foi assinado em 2014". Ele garantiu ainda que o Brasil deve receber o primeiro avião em 2019 e até 2021 terá seu

esquadrão completo.

O ministro salientou também a importância da parceria para o desenvolvimento da indústria nacional. Do total de 36 caças, 13 serão construídos na Suécia com supervisão de engenheiros brasileiros. Ainda na Suécia, 8 serão construídos por brasileiros com supervisão sueca e os restantes 15 caças no Brasil.